

**CAPITALISMO DEPENDENTE E SOCIEDADE CIVIL  
EMPRESARIAL NO RIO DE JANEIRO: UM PROJETO DA  
FIRJAN PARA O ESTADO NO SÉCULO XXI**

**DEPENDENT CAPITALISM AND BUSINESS CIVIL SOCIETY IN  
RIO DE JANEIRO: A FIRJAN PROJECT FOR THE STATE IN  
21ST CENTURY**

**CAPITALISMO DEPENDIENTE Y SOCIEDAD CIVIL  
EMPRESARIAL EM RÍO DE JANEIRO: UM PROYECTO DE LA  
FIRJAN PARA EL ESTADO DEL SIGLO XXI**

Guilherme de Rocamora<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa o *Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015*, publicado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), um aparelho privado de hegemonia da burguesia no Rio de Janeiro (RJ). Conclui-se que o documento analisado buscou sintetizar uma vontade coletiva dos industriais para o estado, visando construir diretrizes de ação para consolidar as bases do padrão exportador de especialização produtiva no RJ.

**Palavras-chave:** Firjan; padrão de reprodução do capital; Rio de Janeiro.

**Abstract:** The present work analyzes the *Map of Development of the State of Rio de Janeiro 2006-2015*, published by the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (Firjan), a private apparatus of hegemony of the Bourgeois in Rio de Janeiro. It is concluded that the analyzed document sought to synthesize a collective will of the industrialists for the state, aiming to build action guidelines to consolidate the bases of the export pattern of productive specialization in RJ.

**Keywords:** Firjan; capital reproduction pattern; Rio de Janeiro.

**Resumen:** El presente trabajo analiza el *Mapa de Desarrollo del Estado de Río de Janeiro 2006-2015*, publicado por la Federación de Industrias del Estado de Río de Janeiro (Firjan), aparato privado de hegemonía de la burguesia Río de Janeiro (RJ). Se concluye que el documento analizado buscó sintetizar una voluntad colectiva de los industriales para el estado, con el objetivo de construir pautas de acción para consolidar las bases del estándar exportador de especialización productiva en RJ.

**Palabras clave:** Firjan; estándar de reproducción del capital; Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente cursando Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do projeto de pesquisa "Estado rentista e o novo padrão de reprodução do capital no Brasil neoliberal: auge, crise e decadência do Estado do Rio de Janeiro no século XXI".

## 1. INTRODUÇÃO

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) é uma federação estadual de sindicatos patronais, contando atualmente com 101 sindicatos filiados (FIRJAN, 20--). Consiste em uma entidade representativa dos interesses empresariais fluminenses, em especial dos industriais, forjada a partir de um longo processo histórico de organização dessa fração de classe<sup>2</sup>. Conforme consta no *site* oficial da Firjan, sua autodeclarada missão é “garantir um ambiente de negócios favorável” (FIRJAN, 20--), atuando nas esferas municipais, estadual e federal para promover a competitividade das indústrias no Rio de Janeiro (RJ).

Através da realização de estudos e pesquisas, do esforço para elaborar sínteses coletivas das demandas empresariais e da articulação junto à sociedade política, a Firjan almeja, em suas próprias palavras, “orientar empresários e governantes a tomarem a melhor decisão” (FIRJAN, 20--) para promover o assim chamado desenvolvimento sustentável. Em suma, busca não apenas garantir o atendimento dos interesses econômico-corporativos dos sindicatos filiados, mas também, como podemos constatar em algumas das suas iniciativas, fortalecer um projeto de classe da burguesia industrial para o estado do Rio de Janeiro, atuando para institucionalizar os interesses do grupo social que representa no âmbito do Estado. Assim, compreendemos a Federação como um aparelho privado de hegemonia, cumprindo a função de um intelectual coletivo dos industriais fluminenses, organizando e dirigindo a sua ação política<sup>3</sup>.

Com a crise do padrão industrial de reprodução do capital<sup>4</sup> no Brasil durante a década de 1980, a reorganização da divisão internacional do trabalho com a mundialização do capital e a ascensão do padrão exportador de especialização produtiva na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, houve uma reconfiguração da dinâmica de acumulação capitalista no Rio de Janeiro, com impacto na ação política

<sup>2</sup> Foge do escopo do presente trabalho a análise do processo histórico de desenvolvimento da Firjan e dos seus antecedentes institucionais. Para essa discussão, conferir o livro de Edgard Carone (1978).

<sup>3</sup> Baseamos nossa análise na orientação teórico-metodológica desenvolvida por Sonia Regina Mendonça (2014), que reivindica a noção ampliada de Estado elaborada por Antonio Gramsci (GRAMSCI, 2001 – C12, §1) em seus *Cadernos do cárcere*, destacando o papel dos intelectuais orgânicos e coletivos das classes na organização de suas vontades coletivas.

<sup>4</sup> Para a formulação teórica acerca dos padrões de reprodução do capital na América Latina, conferir Jaime Osorio (2012a).

empresarial de entidades como a Firjan. Conforme indica Lourdes Canosa (1998), houve uma perda de poder relativo dos industriais fluminenses com a transferência da capital federal para Brasília nos anos 1960 e, posteriormente, com a crise da industrialização, abrindo a necessidade de buscar novos caminhos para a acumulação capitalista no estado durante as décadas de 1980 e 1990, o que passava pelo aumento da organização política do empresariado e pelo aprofundamento da sua relação com a sociedade política.

Nossa hipótese de trabalho no presente artigo é que com a ascensão do padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva no Brasil e no Rio de Janeiro, a Firjan intensificou suas iniciativas de organização empresarial e sua atividade de formulação de diretrizes para as políticas públicas no estado. Este processo culminou na publicação do *Mapa do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro 2006-2015*, documento-síntese de uma vontade coletiva dos industriais para o RJ, abarcando diretrizes de ação para incidir em distintas dimensões da vida social, tendo como objetivo central a consolidação das bases do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro. Nosso objetivo neste trabalho, fruto de uma pesquisa em andamento, é analisar as propostas da entidade sintetizadas no *Mapa* para aprofundar a inserção do Rio de Janeiro na divisão regional do trabalho, a partir de uma dada forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho; bem como as propostas para reconfigurar as funções do Estado a partir do novo padrão de reprodução do capital.

Primeiramente, analisaremos brevemente a crise da industrialização dependente e a ascensão do padrão exportador de especialização produtiva no Brasil e suas particularidades no Rio de Janeiro. Em seguida, estudaremos o *Mapa do desenvolvimento* para o período de 2006-2015. Por fim, teceremos as considerações finais. Com isso, pretendemos oferecer uma contribuição para a compreensão das formas de organização política da burguesia fluminense, seu pensamento econômico-político e suas incursões para institucionalizar seus interesses, tendo em vista potencializar a acumulação capitalista.

## 2. CRISE DA INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE E A ASCENSÃO DO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO RIO DE JANEIRO

Na década de 1980, a industrialização dependente no Brasil entrou em crise, devido à ofensiva neoliberal<sup>5</sup>. O choque de juros promovido pelos Estados Unidos da América (EUA) teve grande impacto nas formações econômico-sociais latino-americanas, de capitalismo dependente<sup>6</sup>. Estes países contraíram grandes empréstimos a taxas de juros negativas durante as décadas anteriores, de modo que a elevação da taxa de juros gestou uma crise da dívida pública externa, diminuindo a capacidade de investimento dos governos e abalando a industrialização no subcontinente.

A acumulação capitalista no Rio de Janeiro, por sua vez, foi profundamente afetada. O crescimento industrial no estado estava assentado, como destaca Floriano José de Oliveira (2008, p. 112), nas demandas e investimentos do governo federal brasileiro. Durante a ascensão e o auge do padrão industrial de reprodução do capital, os setores mais dinâmicos da indústria fluminense foram o de construção naval e têxtil privados, assim como as empresas estatais. A situação de decadência engendrada pela crise da dívida externa desarticulou a estrutura produtiva no RJ, aprofundando a tendência de esvaziamento econômico iniciada com a transferência da capital federal para Brasília na década de 1960.

A grave crise econômica da assim chamada “década perdida” foi a justificativa utilizada pelos representantes da burguesia na sociedade política para implementar o neoliberalismo no Brasil, adotando medidas típicas do seu receituário, como privatizações, reformas administrativas no Estado brasileiro, a instauração de uma política de geração de *superávit* primário através do ajuste fiscal, a liberalização financeira, a abertura comercial e a elevação da taxa de juros. A contrarreforma do Estado entrou em marcha no Brasil, a fim de adequar o capitalismo brasileiro aos novos ditames do mercado mundial com hegemonia do capital portador de juros.

<sup>5</sup> Aspectos gerais sobre o neoliberalismo podem ser encontrados em texto escrito por Perry Anderson (1995).

<sup>6</sup> Para nosso referencial teórico sobre o capitalismo dependente, forma *sui generis* do capitalismo na América Latina, conferir Ruy Mauro Marini ([1973] 2011).

O neoliberalismo desembarcou no Brasil no governo de Fernando Collor de Melo, intensificou-se a partir do Plano Real de Itamar Franco (1994) e se consolidou nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), engendrando um período de recessão econômica. Estas medidas se aprofundaram ao final da década de 1990, quando o governo do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) adotou como medida sacra de política econômica – e que foi mantida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que os sucederam – o chamado tripé macroeconômico: câmbio flutuante, austeridade fiscal e metas de inflação, sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Houve, com a ofensiva neoliberal e a mundialização do capital<sup>7</sup>, uma reorganização da divisão internacional do trabalho. A nova configuração da produção capitalista mundial passou a ter como característica a descentralização territorial das fases das cadeias produtivas ao redor do globo – sempre em busca de países capazes de oferecer os incentivos adequados para a ampliação das taxas de lucro, como baixos salários ou isenção de impostos –, sob o comando das *holdings* oligopolistas com hegemonia das finanças e sob a lógica especulativa.

O resultado da nova divisão internacional de trabalho, como analisa Jaime Osorio (2012b), foi a ascensão de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina: o padrão exportador de especialização produtiva. Neste novo padrão, o setor industrial foi reposicionado no projeto geral de desenvolvimento capitalista no subcontinente, subordinada agora à produção para exportação, principalmente, das chamadas *commodities*. Diante deste processo, a estrutura produtiva do Brasil voltou-se cada vez mais para a produção de produtos agropecuários e minerais para exportação – orientada pelas vantagens naturais disponíveis em cada região do território nacional –, acrescentando-se algumas atividades industriais. A renda diferencial da terra, obtida através da produção de *commodities* como a soja, o milho e o petróleo em terras brasileiras, tornou-se um mecanismo fundamental para a obtenção de um lucro extraordinário para os capitalistas que atuam nestes setores, sendo apropriada também por capitalistas de outros setores vinculados a estes. Pode-se dizer que a renda diferencial da

<sup>7</sup> O processo de mundialização do capital foi tratado por Jaime Osorio (2019).

terra propulsionou a ampliação da produção agrícola e extração mineral, como uma vantagem comparativa do Brasil para a competição no mercado mundial (ARUTO, 2019, p. 190-5).

Castelo *et al.* (2020) destacaram a transformação na dinâmica de reprodução do capital no Rio de Janeiro com a organização da nova divisão internacional do trabalho, iniciando-se nos anos 1990 e ganhando impulso nos anos 2000, principalmente devido à ampliação da demanda no mercado mundial por *commodities* em razão do crescimento da China. Os autores apontaram a ascensão da cadeia produtiva de petróleo e gás, instalada no Norte Fluminense, como o novo eixo dinâmico da economia estadual. Para além disso, indicaram: 1) a retomada da indústria naval – em decadência desde a crise da industrialização – devido ao aumento da demanda por embarcações produzido pela indústria do petróleo; 2) o crescente peso dos complexos portuários, em especial o Complexo Industrial-Portuário do Açu, tendo em vista o escoamento das mercadorias produzidas no país para o exterior, com destaque para as *commodities*; 3) a instalação de um polo metalmeccânico no Sul Fluminense em razão da política de incentivos fiscais fomentada pela chamada guerra fiscal; 4) e, por fim, o aquecimento na Região Metropolitana do setor de serviços, principalmente os vinculados a circuitos globais de acumulação, como o turismo.

As novas condições colocadas pela reorganização da divisão internacional do trabalho, ascensão do neoliberalismo e reposicionamento das indústrias na dinâmica de reprodução do capital no Brasil exigiram dos industriais fluminenses um aprofundamento da sua organização política, bem como a formulação de novas diretrizes para impulsionar a acumulação no RJ. Como aponta Canosa (1998), durante os anos 1980 e 1990, houve um esforço da Firjan para formular propostas para as políticas públicas no estado e para ampliar sua articulação com setores da sociedade política, a nível estadual e federal. Este processo de organização e formulação de diretrizes culminou, como buscaremos demonstrar na seção seguinte, na elaboração do *Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015*, publicado no ano de 2006, síntese da vontade coletiva da burguesia industrial fluminense. Neste documento, os industriais buscaram apresentar seus interesses particulares como interesses de toda a sociedade fluminense, ao mesmo

tempo em que incorporaram o enfrentamento a certas expressões da “questão social” para legitimar o seu projeto junto aos setores subalternos.

### 3. O MAPA DO DESENVOLVIMENTO DA FIRJAN: UM PROJETO DOS INDUSTRIAIS PARA O RIO DE JANEIRO

Entre novembro de 2005 e junho de 2006, mais de mil empresários, intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais foram mobilizados para construir uma visão estratégica das classes dominantes para o Rio de Janeiro, tendo em vista subsidiar a prática política do empresariado (FIRJAN, 2006, p. 10). O *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015* (FIRJAN, 2006) foi o resultado deste processo e consistia em um verdadeiro programa político para o RJ, formulado através de um esforço para consolidar uma vontade coletiva dos industriais fluminenses.

O diagnóstico geral do *Mapa* era que o Rio de Janeiro possuía uma série de potencialidades e vocações para se inserir cada vez mais no circuito mundial de acumulação capitalista e atrair investimentos. Contudo, o desenvolvimento econômico por si só não era suficiente. Seria preciso conjugar um ciclo de investimentos com uma agenda social, elegendo o combate às gritantes desigualdades sociais e regionais fluminenses como um dos pilares do programa. O objetivo final do *Mapa* seria a promoção do desenvolvimento sustentável no RJ, congregando desenvolvimento econômico (concebido como a atração de investimentos e crescimento econômico), desenvolvimento social (entendido como o combate às expressões mais gritantes da “questão social”, como a extrema pobreza, o analfabetismo e a ausência de serviços básicos) e preservação ambiental (FIRJAN, 2006, p. 10). Orientados pela ideologia social-liberal<sup>8</sup>, os industriais incorporaram no seu programa o atendimento de algumas das demandas pontuais dos subalternos, ainda que despindo-as do seu conteúdo classista, para legitimar o fundamento do seu projeto.

De acordo com a Firjan, para se atingir esse objetivo, seria preciso um esforço combinado entre o Estado e uma vagamente definida sociedade civil, com hegemonia dos

<sup>8</sup> Sobre o social-liberalismo, uma variante ideológica do neoliberalismo, conferir Rodrigo Castelo (2013).

empresários nos processos de elaboração das diretrizes e cobrança política. Segundo o Presidente do Sistema Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira:

A participação de cada um na implantação do Mapa é essencial, não só para a construção de um amanhã promissor, mas para o estabelecimento de um presente em que a vida tenha um novo sentido. O desafio da mudança coletiva começa justamente nesse compromisso que estamos assumindo de um engajamento pessoal por uma nova realidade (VIEIRA *apud* FIRJAN, 2006, p. 5).

O *Mapa do desenvolvimento* apontava 13 temas como fundamentais para que o objetivo final fosse alcançado. Os temas eram: liderança empresarial e política; gestão pública eficiente; ambientes institucional e regulatório; educação e saúde; segurança e combate à criminalidade; infraestrutura e logística; financiamento; competitividade empresarial; interiorização e arranjos produtivos locais; exportação de produtos e serviços; segmentos âncora; posicionamento em 2015; e resultados para o estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2006, p. 7).

Em cada tema, estavam previstos objetivos específicos para fazer avançar o suposto desenvolvimento do Rio. Para cada objetivo, foram delineadas ações bem definidas tendo em vista alcançar o fim estratégico. É interessante notar que a maioria dos objetivos previam ações a serem executadas junto a bancadas parlamentares no âmbito municipal, estadual e federal, através da proposição de projetos de lei; e às instâncias do poder executivo, como Prefeituras e o próprio governo do estado, para promover pressão política e articulações. Por exemplo: ao discutir a importância de um marco legal para estimular o desenvolvimento tecnológico no Rio de Janeiro, tendo em vista fortalecer as atividades econômicas do estado, a Firjan propõe-se a elaborar o projeto de lei e realizar articulações para a sua aprovação. O objetivo a ser alcançado era: “Atuar junto às instâncias pertinentes de governo, para propor aperfeiçoamentos em Decretos e Projetos de Lei que tenham impacto sobre a inovação nas empresas” (FIRJAN, 2006, p. 70). A ação prevista, por sua vez, era: “Elaborar proposta de Projeto de Lei de Inovação Estadual e apoiar o seu encaminhamento para votação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro” (FIRJAN, 2006, p. 70). Isso indica que a intenção da Federação era estabelecer diretrizes para incidir na sociedade política, por vezes buscando aproximar outros aparelhos privados de hegemonia ao seu projeto, de modo a ampliar a sua

legitimidade. A ideia era divulgar o projeto ao máximo, através de espaços na mídia e de contatos com outras instituições da sociedade civil (FIRJAN, 2006, p. 11).

Para além disso, a Firjan projetou um amplo programa de comunicação do *Mapa*, para que outras instituições pudessem acompanhar o desenvolvimento das ações a serem implementadas. Isto evidencia que o empresariado se propunha a dirigir os grupos sociais do RJ a partir da sua vontade coletiva, apresentando-a como a vontade de toda a sociedade fluminense e colocando-se como protagonista na proposição de políticas públicas para o estado:

É preciso fortalecer a união em torno de projetos que beneficiem uma maior parcela da população do Estado. O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro servirá como um instrumento de conscientização da classe política - e muito especialmente da nossa bancada representante nas esferas estadual e federal - sobre as necessidades prementes para o desenvolvimento socioeconômico de todas as regiões, estimulando a apresentação de proposições legislativas que as tornem viáveis. Do mesmo modo, são previstas ações que favoreçam o melhor entrosamento dos nossos representantes entre si e com a sociedade organizada, a fim de que seus pleitos se tornem ainda mais legítimos e fortalecidos (FIRJAN, 2006, p. 18).

Um dos objetivos desta integração com a sociedade política era garantir uma ampliação dos investimentos federais no Rio, em uma disputa interestadual pelo fundo público. Uma das ações previstas era o fortalecimento da Frente Pró-Rio, de modo a ampliar a relação com o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e as Câmaras Municipais (FIRJAN, 2006, p. 19). Tratava-se de uma frente construída por organizações da sociedade civil e representantes da sociedade política para propor medidas práticas para as políticas do estado. Agregava instituições de ensino, como o Cefet; entidades patronais, como a Firjan e a Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj); assessorias de deputados e representantes de instituições estatais (CLUBE DE ENGENHARIA, 2011).

As medidas do *Mapa* visavam, fundamentalmente, adequar o Rio à nova fase da acumulação capitalista mundial – o neoliberalismo –, à nova divisão internacional do trabalho. Nas palavras da própria Firjan:

Não resta dúvida de que a flexibilização das relações de trabalho, a racionalização da atuação fiscalizadora dos órgãos ambientais e a celeridade do processo de licenciamento ambiental são elementos fundamentais para ampliar a produtividade do setor industrial. Disso resultará o aperfeiçoamento do mercado interno e a maior inserção da indústria fluminense na economia internacional (FIRJAN, 2006, p. 29).

E qual era a visão estratégica da Firjan para alcançar este objetivo? A entidade indica que caberia ao empresariado fluminense e ao governo do estado aproveitarem as “janelas de oportunidades” e se adaptarem às novas condições da acumulação capitalista mundial. O caminho correto seria o Rio de Janeiro apostar nas suas “vocações” para impulsionar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda, um discurso típico do período de dominância do padrão exportador de especialização produtiva, onde tendem a se ressaltar as chamadas vantagens naturais ou comparativas de determinados setores das economias específicas (OSORIO, 2012b, p. 111).

Em outras palavras, caberia aos empresários e ao governo se adequarem às novas formas de inserção subordinada da economia brasileira e fluminense no mercado mundial, às novas formas da dependência. Neste sentido, a Firjan elenca três “segmentos âncora” como os eixos dinamizadores da acumulação no estado, a serem incentivados pela ação do Estado e das instituições da sociedade civil: 1) a cadeia produtiva do petróleo e gás; 2) o turismo de lazer e negócios; 3) e os segmentos associados à chamada “indústria criativa”.

A cadeia de petróleo e gás recebe um enfoque privilegiado. A Firjan saudou a capacidade deste segmento de impulsionar outros setores da economia, em razão da sua extensão, destacando que a retomada da indústria naval no estado foi largamente possibilitada pela ampliação da atividade de extração petrolífera. Também ressaltou os grandes investimentos recebidos pela construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e como esta iniciativa contribuiria para agregar valor ao petróleo exportado. Neste sentido, a Firjan é enfática ao declarar que “[...] promover o crescimento da cadeia produtiva de petróleo e gás é um objetivo estratégico. A dinâmica nacional dessa indústria gera oportunidades de negócios e emprego fabulosas, que precisam ser potencializadas e bem aproveitadas pelo Estado do Rio de Janeiro” (FIRJAN, 2006, p. 86).

Nesse ponto, é interessante notar como o empresariado fluminense questiona, ainda que sutilmente, a sustentabilidade do ciclo de acumulação baseado na cadeia produtiva do petróleo a longo prazo, este compreendido como um recurso esgotável (FIRJAN, 2006, p. 20). Contudo, as críticas são pontuais e de pouco fôlego. A Firjan chega a propor que os recursos advindos dos *royalties* e participações especiais da exploração do petróleo sejam investidos prioritariamente na diversificação da estrutura produtiva dos municípios produtores. Ainda assim, não apresenta um projeto concreto de alternativa.

O turismo de lazer e de negócios também é visto como uma das potencialidades do RJ, devido à “sua natureza exuberante e a diversidade de opções de entretenimento” (FIRJAN, 2006, p. 90). Citando um estudo encomendado pela própria Firjan e realizado através de uma parceria entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a entidade aponta que em 2001, o turismo teria representado o percentual de 3,3% do PIB do estado. Caberia ao empresariado e ao governo desenvolver políticas de estímulo à essa atividade econômica (FIRJAN, 2006, p. 89).

A “indústria criativa”, por sua vez, possuiria grande potencialidade para desenvolver seus segmentos-chave – audiovisual, moda, publicidade, artes, editorial e gráfica – no Rio, devido à uma suposta “vocação” fluminense para a cultura e o entretenimento. “A rica herança cultural, a excelência da expressão artística, além da abundância de talentos individuais [...] são aspectos através dos quais esses países [em desenvolvimento] podem aumentar sua participa o no comércio internacional” (FIRJAN, 2006, p. 93).

O desenvolvimento de a oes para melhoria da logística no Rio de Janeiro, com o objetivo de facilitar a circula o de mercadorias, também foram propostas destacadas do *Mapa*. A meta seria ampliar a inser o do estado na divisão regional do trabalho, em especial através da melhoria do acesso aos portos. Assim, a Firjan propõe a recupera o de rodovias e a constru o do Arco Rodoviário Metropolitano para facilitar o acesso ao Porto de Sepetiba (FIRJAN, 2006, p. 56). A avalia o   que o território do RJ seria

estratégico para o padrão de reprodução do capital no Brasil, pela sua capacidade de escoar mercadorias pelo mar.

Já o diagnóstico da Firjan sobre o Estado encontra-se alinhado às ideias tipicamente social-liberais. Segundo a Federação, a questão central do Estado seria a sua ineficiência e falta de ética. O diagnóstico é que a tributação realizada pelo Estado é muito elevada, sem uma contrapartida concreta para a população em termos de serviços públicos. O problema seria a ineficiência na gestão dos recursos, e não a sua escassez em áreas como, por exemplo, a Saúde (FIRJAN, 2006, p. 20). Logo, caberia ao Estado promover desonerações fiscais, transferindo parte do fundo público para a iniciativa privada, como uma forma de propiciar um ambiente competitivo para atração de capitais. Deste modo, ao invés da ampliação dos investimentos em políticas sociais para a materialização de direitos, a solução seria garantir uma gestão mais eficiente e transparente com os limitados recursos disponíveis, em consonância com a austeridade fiscal para os trabalhadores prevista no projeto neoliberal. Para além disso, a ideia do “Estado eficiente” escamoteia as relações de poder e os interesses de classe que perpassam as políticas estatais.

A partir desta análise, a Firjan, em linhas gerais, adota em seu programa as seguintes diretrizes para a configuração do Estado no Rio de Janeiro: 1) a redução da regulação do mercado pelo estado, a partir do lema da desburocratização; 2) a privatização de serviços públicos via parcerias público-privadas (PPP's); 3) desonerações fiscais para incentivar a atração de investimentos, principalmente nos setores vinculados à exportação; 4) a retirada de direitos através de contrarreformas nas legislações trabalhistas; 5) a promoção de políticas sociais focalizadas para o enfrentamento da “questão social”, através de parcerias público-privadas.

Segundo a Firjan, a burocracia estatal brasileira seria um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico no país, por diminuir a sua competitividade no circuito global de investimentos financeiros. Para contornar esta situação, a entidade defende a adesão do RJ ao Programa Nacional de Gestão e Desburocratização (Gespública). A flexibilização de concessões de licenciamentos ambientais para atividades produtivas aparece como uma das preocupações fundamentais neste objetivo. Uma das ações

propostas era a articulação junto à representantes do poder judiciário, como o Ministério Público, para que os processos de concessões sofram menos intervenções do Estado (FIRJAN, 2006, p. 25-7). Neste ponto, a Firjan também busca disputar setores da pequena burguesia para seu projeto, principalmente através de propostas visando diminuir a burocracia estatal para pequenas empresas.

As parcerias público-privadas (PPP's), por sua vez, são consideradas pela Firjan como benéficas para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. A entidade propõe, então, a aprovação de uma lei estadual de Parcerias Público Privadas, de modo a regulamentar as PPP's no estado com a maior agilidade possível. A Federação defende ainda que seja garantida a participação do setor privado no Conselho Gestor a ser criado pela legislação (FIRJAN, 2006, p. 31).

Sobre os incentivos fiscais, relatam os industriais: “A elevada carga tributária é apontada pelos empresários como um dos mais importantes obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades e à competitividade do produto brasileiro” (FIRJAN, 2006, p. 32). Assim, caberia ao Estado a ampla promoção de incentivos fiscais setoriais, de acordo com as “vocações” de cada região do Rio de Janeiro, como forma de impulsionar a atração de investimentos e favorecer o estado na “guerra fiscal” típica da mundialização do capital. A Firjan chegou a propor a completa extinção do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP), tendo em vista desonerar o capital da tributação recolhida para alimentar este Fundo. Para além disso, frente à ascensão do padrão exportador de especialização produtiva, torna-se central para o empresariado a preocupação com o impulsionamento das exportações no estado. Neste sentido, a Federação propõe desde a simplificação de procedimentos necessários para exportação até a promoção de ampla desoneração fiscal para atividades exportadoras (FIRJAN, 2006, p. 84-5).

Como nos ensina Jaime Osorio (2012b, p. 123-4), a deterioração dos salários e o ataque à benefícios sociais foram medidas amplamente promovidas no padrão exportador de especialização produtiva. O objetivo era criar vantagens comparativas nos setores dinamizadores do novo padrão de reprodução do capital diante da concorrência no mercado mundial. A necessidade do capital de ampliar a superexploração da força de

trabalho através da flexibilização das relações de trabalho e do enfraquecimento da organização sindical dos trabalhadores foi absorvida no programa da Firjan. Neste sentido, o *Mapa* faz a ampla defesa das contrarreformas trabalhista e sindical, a fim de diminuir o custo do capital com o trabalho para ampliar a competitividade diante de uma economia mundializada, utilizando-se do eufemismo da “democratização” das relações de trabalho (FIRJAN, 2006, p. 31). A entidade chega a mencionar a importância de uma reforma na Previdência Social, mas não propõe nenhuma ação neste sentido.

O enfrentamento da “questão social”, por sua vez, deveria se realizar com um duplo movimento: através de políticas sociais estatais focalizadas, com recursos reduzidos; e através da atuação do setor privado, seja via instituições sem fins lucrativos da sociedade civil, com ações de caráter filantrópico impulsionadas pela noção de responsabilidade social empresarial e por uma difusa noção de justiça social, seja via parcerias público-privadas, ambas promovendo o empresariamento das funções sociais do Estado.

Para além de forma de enfrentamento da “questão social”, a responsabilidade social empresarial é colocada como um fator de ampliação da competitividade da empresa e é tratado como investimento social privado. Segundo a Firjan, caberia ao Estado promover ações neste sentido através da oferta de incentivos fiscais para incentivar empresas a adotarem a responsabilidade social (FIRJAN, 2006, p. 74).

Uma das expressões da “questão social” eleitas como dignas de enfrentamento é o déficit educacional. Em relação à educação, a Firjan se orienta pela noção social-liberal de inclusão. Nesta concepção, A educação deveria oferecer aos indivíduos as competências necessárias para se inserir e competir com outros trabalhadores no mercado de trabalho. Assim, teríamos a promoção da equidade entre os sujeitos. Uma das propostas da Firjan é justamente promover a cultura empreendedora no ambiente escolar, como forma de preparar as crianças e adolescentes para o mundo do trabalho flexibilizado (FIRJAN, 2006, p. 40).

O analfabetismo seria um dos grandes inimigos a serem enfrentados para desenvolver o Rio; a solução prevista pelos industriais, contudo, passaria tanto pela educação pública como pelo mercado da educação privada. Então, a Firjan propõe a

criação de um projeto de lei para facilitar a captação de recursos para ambas (FIRJAN, 2006, p. 40), reforçando a transferência de parcela do fundo público para a iniciativa privada. Entretanto, não é somente com a educação básica que a entidade se preocupa. Segundo a Federação, para poder se inserir no mercado de trabalho, o indivíduo necessitaria também de uma formação técnica e superior. A solução seria promover uma maior integração entre as empresas, as universidades e as escolas técnicas, através da criação de incubadoras de empresas nas instituições de ensino, “diretamente relacionadas às vocações e potencialidades regionais” (FIRJAN, 2006, p. 39). O empresariado, em disputa pela função social das universidades, propõe o fomento de pesquisas relacionadas à temática do empreendedorismo nas instituições de ensino superior (FIRJAN, 2006, p. 40).

Em relação ao déficit na saúde como expressão da “questão social”, a Firjan é explícita ao afirmar que o problema central não é a ausência de recursos, mas sim uma gestão ineficiente da política de saúde. Respeitando-se a sagrada austeridade fiscal, caberia promover um choque de gestão na gerência dos serviços públicos de saúde, de modo a ampliar a focalização dos serviços na Atenção Básica em detrimento de outros níveis de atenção à saúde (FIRJAN, 2006, p. 41-2). Ao mesmo tempo em que prega gastos reduzidos com o setor público, a entidade defende uma maior destinação do fundo público para o setor privado via isenções fiscais para importação de equipamentos de alta tecnologia para este setor (FIRJAN, 2006, p. 44).

Após o período de vigência do primeiro *Mapa do desenvolvimento*, a Firjan realizou um balanço das ações desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos propostos. Segundo a entidade, cerca de 74% das ações propostas pelo primeiro *Mapa* foram concluídas ou obtiveram avanços. Para além de ações como a construção do Arco Metropolitano em 2014, o fortalecimento de setores vinculados à chamada “indústria criativa”, concessões de rodovias para a iniciativa privada e a reestruturação do sistema de licenciamento ambiental, a entidade aponta como um dos principais ganhos do *Mapa* a promoção de incentivos fiscais (FIRJAN 2015).

Em síntese, o *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015* funcionou como um instrumento de direção coletiva dos industriais fluminenses. Através

desta iniciativa, a Firjan buscou construir diretrizes estratégicas para consolidar as bases do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro, promovendo os setores dinâmicos do novo padrão; e para fazer avançar a contrarreforma do Estado em âmbito estadual, incentivando a reconfiguração das funções estatais e a apropriação privada do fundo público pelo empresariado, aliando isso com propostas de enfrentamento a algumas expressões mais agudas da “questão social” a partir de políticas sociais focalizadas, PPPs e ações norteadas pela ideia de responsabilidade social empresarial, em uma orientação social-liberal.

Após o balanço do primeiro *Mapa do desenvolvimento*, avaliada como positiva esta iniciativa dos industriais, a Firjan elaborou um segundo *Mapa*, agora para o período entre 2016 e 2025 (FIRJAN, 2016). Neste novo documento, já formulado no contexto da chegada da crise do sistema capitalista ao Brasil e ao Rio de Janeiro, os industriais fluminenses propõem um conjunto de medidas para o estado, supostamente, sair da crise e retomar o crescimento econômico.

Apesar de não haver um diagnóstico de fôlego sobre a situação fluminense, a Firjan compreende que a nova situação política iniciada com o governo golpista de Michel Temer - visto com bons olhos pela entidade<sup>9</sup> - abre uma porta para fazer avançar os ataques aos direitos da classe trabalhadora e os processos de privatização das empresas públicas, sob a justificativa de retomar o crescimento econômico e superar a crise. Neste sentido, a entidade torna-se mais enfática na proposição de medidas para aprofundar a contrarreforma do Estado. Foge do escopo do presente trabalho analisar este documento; o que queremos ressaltar é como a Firjan continua desenvolvendo operações para disputar diretrizes da sociedade política a partir dos interesses da fração de classe que representa, agora sob uma nova conjuntura e situação de relações de força. Isso evidencia a existência de um campo de pesquisa para o estudo da ideologia, das formas organizativas e da ação política dos industriais fluminenses na contemporaneidade.

<sup>9</sup> Na reunião de lançamento do novo *Mapa*, Eduardo Vieira presta homenagem ao Ministro da Fazenda do governo Temer, Henrique Meirelles, e diz: “não há tempo a perder, a nação está cansada e o país não tem plano B, apenas T, de Temer” (VIEIRA *apud* CARNEIRO; LITWAK, 2016). Afirma, ainda, a certeza de que “os ventos vão voltar a soprar a favor do Brasil”.

Acreditamos que essa análise é fundamental para aprofundar a nossa compreensão sobre as classes dominantes e sua relação com o Estado *stricto sensu* no Rio de Janeiro. Aqueles que buscam fazer uma análise concreta de situação concreta do estado para subsidiar uma prática política transformadora, possuem diante de si múltiplos e interessantes caminhos de investigação para trilhar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ascensão do padrão exportador de especialização produtiva no Brasil, os industriais fluminenses buscaram construir novas diretrizes de ação para garantir a acumulação capitalista no Rio de Janeiro. A Firjan, seu órgão histórico de representação institucional, atuou como um intelectual coletivo, elaborando uma síntese das demandas dessa fração de classe – um verdadeiro programa político-econômico – para subsidiar a ação política deste grupo social, tendo em vista a institucionalização dos seus interesses no Estado restrito, apresentando-os como os interesses de toda a sociedade fluminense.

O *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015* materializou este projeto, norteando a ação dos industriais. Através dele, a Firjan foi capaz de incidir em algumas orientações da sociedade política a nível estadual. O balanço geral da iniciativa realizado pela entidade foi positivo, de modo que se construiu uma nova edição do *Mapa*, para o período de 2016-2025.

O projeto da Firjan congregava orientações para o Estado e para o empresariado. Seu propósito central era a consolidação das bases do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro, através do fortalecimento dos eixos dinamizadores do novo padrão, como a indústria do petróleo e gás e os setores de exportação. Para isso, promoveu políticas como incentivos fiscais para as exportações do estado e empreendimentos logísticos – como a construção do Arco Metropolitano – para facilitar a circulação de mercadorias, principalmente na direção dos portos escoadores para o exterior. Aliou isso com a promoção de contrarreformas no Estado, buscando adequar as relações entre capital e trabalho no RJ à acumulação capitalista em sua fase neoliberal e redefinir as formas de intervenção estatal na vida social. O objetivo central era ampliar a inserção do Rio de Janeiro no mercado mundial, na nova divisão internacional do trabalho, perseguindo as

janelas de oportunidades para a acumulação abertas com o novo padrão de reprodução do capital.

Para legitimar seu projeto, a Firjan incorporou algumas demandas pontuais das classes subalternas, destituindo-as do seu conteúdo classista, tratando-as apenas como uma questão de cidadania. Defendeu e promoveu a intervenção através de mecanismos consensuais em algumas das expressões mais agudas da “questão social”, com destaque para as desigualdades regionais fluminenses, o analfabetismo e a ausência de serviços básicos de saúde. Atuando com base na ideologia social-liberal, os industriais incentivaram a realização de políticas sociais focalizadas por parte do Estado – em consonância com a diretriz geral da austeridade fiscal – e de ações baseadas na ideia de responsabilidade social empresarial. Deste modo, sintetizou seu projeto através da linguagem do desenvolvimento sustentável com promoção da cidadania, embarcando na disputa hegemônica à nível estadual durante as primeiras décadas do século XXI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARUTO, Pietro. *Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003 - 2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.
- CANOSA, Lourdes. *Todas as fatias e a cereja também: o pensamento político da Firjan em 15 anos de crise (1980-1995)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.
- CARNEIRO, Glauco. *Sistema Firjan: a história dos 170 anos da representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997*. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997.
- CARNEIRO, Luciana; LITWAK, Priscilla Aguiar. Firjan defende mudanças na legislação trabalhista. O Globo. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/firjan-defende-mudancas-na-legislacao-trabalhista-19400309>>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Cirj/Cátedra, 1978.
- CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELO, Rodrigo *et al.* Padrão de reprodução do capital e expropriações do fundo público: um estudo sobre a crise do estado do Rio de Janeiro nos anos 2010. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política (Salvador, 2020), Anais.

CLUBE DE ENGENHARIA. Frente Pró-Rio estrutura agenda prática. 2011. Disponível em: <<http://portalclubedeengenharia.org.br/2011/07/13/frente-pro-rio-estrutura-agenda-pratica/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FIRJAN. Atuação da Firjan. (20--). Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/sindicatos/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FIRJAN. *Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015*. Rio de Janeiro: Sistema Firjan/DCO, 2006.

FIRJAN. Legado para o estado do Rio: balanço 2006-2015. 2015. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/mapa-do-desenvolvimento/mapa-2006-2015/default.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FIRJAN. *Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2016-2025*. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 2: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2011. p. 131-72.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. In: Marx e o marxismo, Niterói. v. 2, n. 2, jan/jul 2014. p. 27-43.

OLIVEIRA, Floriano José. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-39.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

*Recebido em 15 de maio de 2022*

*Aceito em 6 de novembro de 2022*

*Editado em novembro de 2022*